

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FRANCISCA NILMA DA SILVA SOUSA

**O PROJETO “PRIMEIRO APRENDER” E SEUS RESPECTIVOS RESULTADOS
NA E.E.M. JOSÉ FRANCISCO DE MOURA**

CEARÁ
2011

FRANCISCA NILMA DA SILVA SOUSA

**O PROJETO “PRIMEIRO APRENDER” E SEUS RESPECTIVOS RESULTADOS
NA E.E.M. JOSÉ FRANCISCO DE MOURA**

Plano de Ação Educacional apresentado ao Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do grau especialista em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientação: Equipe de Suporte Acadêmico do Caed/UFJF

FRANCISCA NILMA DA SILVA SOUSA

**O PROJETO “PRIMEIRO APRENDER” E SEUS RESPECTIVOS RESULTADOS
NA E.E.M. JOSÉ FRANCISCO DE MOURA**

Plano de Ação Educacional apresentado ao Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Aprovado pela seguinte Banca Examinadora:

Ceará, _____ de _____ de 2011.

RESUMO

Este trabalho se constitui como um Plano de Ação Educacional a ser realizado na Escola de Ensino Médio José Francisco de Moura, localizada na cidade de Palhano – Ceará, com o objetivo de montar estratégias de ação para que os alunos do Ensino Médio possam melhorar e/ou adquirir as habilidades de leitura, compreensão dos textos e de raciocínio lógico e sensibilizar, mais uma vez, a comunidade escolar sobre a importância do projeto para minimizar as deficiências de aprendizagem que os alunos já trazem do ensino fundamental. Para tal, foi feita uma pesquisa bibliográfica, tendo como fundamentação teórica os autores que se dedicam aos temas abordados, buscando mostrar a importância de projetos que visam uma melhoria na aprendizagem. Dentre eles estão MELLO (1987), FÁVERO, HORTA e FRIGOTTO (1992), FREITAG (1986), Constituição Federal (1988) e LDB (1996), dentre outros. Este trabalho envolve consulta a bases de dados acerca de mecanismos de gestão escolar, bem como uma pesquisa bibliográfica empreendida visando identificar razões que implementaram o Projeto no nosso Estado. A partir das contribuições desses autores, foram estabelecidas uma meta e cinco ações a serem realizadas na referida escola visando a efetivação desse projeto durante o ano letivo de 2011. Pois detectamos na escola, que muitos alunos e até mesmo professores, não veem com “bons olhos” o Projeto Primeiro Aprender! Ler bem para aprender pra valer. E acredito que esta é uma forma de motivar a todos que fazem parte do primeiro ano do Ensino Médio a aderir ao Projeto. Espera-se que, com a implantação das ações propostas, fazer com que todos os envolvidos com a escola reflitam sobre os indicadores negativos (reprovação e abandono) da escola que, a cada ano, tem aumentado consideravelmente, sensibilizando a todos da comunidade escolar, sobre a importância da participação, do comprometimento no desenvolvimento de ações com o objetivo de reduzir esses índices.

Palavras-chave: Política Educacional. Projeto Primeiro Aprender. Ensino-aprendizagem.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	09
OBJETIVOS, METAS E AÇÕES.....	14
RECURSOS E PESSOAS.....	15
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO.....	16
CONSIDERAÇÕES.....	18
REFERÊNCIAS.....	19

INTRODUÇÃO

Sou trabalhadora da educação desde 1991 e no ano de 2005 assumi a Gestão na EEM. José Francisco de Moura sendo a minha primeira experiência em gestão escolar. Acredito que desempenho um papel significativo na construção de uma educação que busca a qualidade para que nossos educandos possam transpor as dificuldades de aprendizagem. A cada dia, vivenciamos uma escola que precisa de motivação para que professores e alunos acreditem que é possível mudar os indicadores negativos, tais como: deficiência na aprendizagem, abandono, repetência, dentre outros.

“Apaixonada” pela educação, acredito que poderemos fazer a diferença, pois como educadores não podemos perder a esperança de que é possível ter propor ações dentro das políticas para que o aluno não somente permaneça na escola, mas que tenha suas dificuldades minimizadas ou até mesmo sanadas, através de aulas criativas, interessantes e criativas, ações que possibilite que esse aluno tenha perspectivas de um futuro melhor, incentivando-o a mudar e buscar pela qualidades tão desejada.

É sabido que existem políticas que busca desenvolver a permanência e sucesso escolar do aluno visando à melhoria da aprendizagem. Porém devemos analisar como estas políticas acontecem dentro do ambiente escolar, verificando se conseguem alcançar os objetivos propostos.

No decorrer dos diferentes cursos que já fiz e também da nossa vivência profissional, deparamo-nos muitas vezes, lendo e estudando a respeito de Política Educacional. Os estudos das Leis que tratam da Educação fizeram-nos despertar para a realidade educacional de nosso município, aumentando em nós, a vontade de fazer uma pesquisa sobre a Política Educacional, especificamente em relação ao *Projeto Primeiro, Aprender! Ler bem para aprender pra valer.*

Nas últimas quatro décadas, a educação passou a ser encarada como dever do Estado e direito de todos os que estão na idade de estar na escola. E é o que referenda a LDB (Lei de Diretrizes e Bases de 1996), no Artigo 4º (2010, 12):

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – universalização do ensino médio gratuito;

Na Constituição Federal, Artigo 205 (1988: 34), preconiza que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Foi a partir desta Constituição, que a Educação passou a ser vista como Política Social, pois a mesma inclui itens importantes no que se refere à Política Educacional.

É importante ressaltar que a Lei Magna no seu Artigo 212, destaca que a União aplicará anualmente nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos (CONSTITUIÇÃO, 1988,140).

No Ceará, procurou-se acompanhar as Políticas Educacionais adotadas no país, já que estas eram centralizadas no MEC. De acordo com o Primeiro Censo Educacional Comunitário do Ceará, realizado em novembro de 1995, encontrou-se 147 mil crianças entre 6 e 10 anos de idade fora da escola, representando 22,57% dessa população. Em faixa etária quase idêntica, de 7 a 10 anos, o mesmo Censo apurou que das 80,51%, das crianças estão fora da série adequada (conseqüência da repetência e do abandono). Entre 11 e 14 anos, o percentual sobe para 97,21%, chegando a 97,51% das pessoas entre 15 e 17 anos. O que demonstra que há muito a se conquistar, para as políticas educacionais serem eficazes.

Agora, com os recursos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, objetiva-se financiar as ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, independentemente da modalidade em que o ensino é oferecido (regular, especial ou de jovens e adultos), da sua duração (Ensino Fundamental de oito ou de nove anos), da idade dos alunos (crianças, jovens ou adultos), do turno de atendimento (matutino e/ou vespertino ou noturno) e da localização da escola (zona urbana, zona rural, área indígena ou quilombola), observando-se os respectivos âmbitos de atuação prioritária dos Estados e Municípios, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição.

Desta forma pretendemos analisar e explicitar as ações implementadas que propuseram a esta mudança nos indicadores educacionais supracitados, através do

Projeto Primeiro, Aprender! Ler bem para aprender pra valer. E, em seguida, propor ações que surtam, efeitos positivos sobre a realidade do projeto na escola.

A E.E.M. JOSÉ FRANCISCO DE MOURA, já havia sentido a necessidade de trabalhar projetos que buscassem a melhoria da aprendizagem dos alunos. E como esse, visa o desenvolvimento do aluno em suas múltiplas competências e habilidades, que são imprescindíveis para a consolidação do processo ensino e aprendizagem, pois o mesmo intitulado “Ler bem para aprender pra Valer”, se torna uma ação conjunta no sentido de comungar os atos que não estão dissociados: ensinar e aprender.

Para estudarmos as questões levantadas, realizamos uma pesquisa bibliográfica e uma análise do projeto “Primeiro, Aprender!”. Como fundamentação teórica, dialogamos com os seguintes autores: MELLO (1987), o qual trata da questão da Política Educacional como resultado de interações entre atores sociais diferentes que objetivam um bem comum. Há ainda que frisar FÁVERO, HORTA e FRIGOTTO (1992) e FREITAG (1986), pois vemos em ambos a preocupação com os objetivos que a política educação continua tendo ao longo dos anos..

Acreditamos que a implantação do PAE, conclamando mais uma vez toda a comunidade escolar, principalmente os que efetivamente desenvolvem o ensino – aprendizagem, em médio prazo, seja possível reduzir os indicadores negativos na escola e que o Projeto Primeiro Aprender! Ler bem para aprender pra valer, possam ser efetivado com vista a melhoria da aprendizagem de todos os alunos, principalmente daqueles que desistem da escola no primeiro ano do Ensino Médio, ou ficam reprovados por não conseguir acompanhar o currículo elaborado para essa etapa da Educação Básica.

Desta forma, este trabalho está organizado da seguinte maneira: no primeiro capítulo tratamos da questão teórica sobre a Educação e de suas políticas desde a Constituição de 1988. Em seguida, são apresentados os objetivos, metas, ações, pessoas e recursos, como também os instrumentais de acompanhamento e avaliação do Plano, visando a sua execução.

Por último, são apresentados, além das expectativas, os possíveis entraves que podem se constituir como fatores dificultadores da execução do Plano. Este Plano de Ação tem como objetivo principal contribuir para a redução dos índices de evasão e reprovação escolar ao longo do ano letivo na E. E. M. José Francisco de Moura, aproveitando as sugestões de trabalho do Projeto Primeiro Aprender.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A constituição de 1988, incluiu dispositivos importantes relacionados à Política Educacional. Estabelece uma distribuição mais clara de responsabilidade entre as esferas públicas com relação aos diferentes níveis de ensino (Art. 211); Amplia o percentual da receita resultante de impostos a serem aplicados em educação (Art. 212).

Desde 1988, o “MEC insiste em reforçar a Municipalização do Ensino Fundamental, sem considerar as condições econômico-financeiras, culturais e políticas dos municípios” (FRIGOTTO e outros, 1992,12). Dentro dessa ótica, se destaca alguns pontos importantes da Constituição de 1988:

-
- Gratuidade do Ensino Público;
 - Ensino fundamental obrigatório e gratuito;
 - Autonomia universitária;
 - União aplicará, anualmente nunca menos de 18%, e os Estados, Distrito Federal e Municípios 25% no mínimo, da receita resultante de impostos;
 - A lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação visando a articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público.

A partir dos anos de 1990, após a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, desencadeou-se um amplo processo de reformas educacionais em todo o mundo, incentivado por inúmeras ações promovidas por organismo multilaterais, tais como UNESCO, CEPAL e Banco Mundial. E é notório frisar que,

Na última década do século XX, passou-se a valorizar a educação, desenvolvendo-se uma política onde ela é vista como um dos agentes da institucionalização e fortalecimento da sociedade. Mas, a diversidade cultural e econômica faz com que a educação nas três instâncias, impeça muitas vezes, o avanço qualitativo na educação brasileira, embora a consciência social de sua importância venha se ampliando de modo significativo. Soma-se a este item, as indevidas interferências clientelísticas, já que a maioria dos municípios brasileiros, grandes partes dos recursos é utilizada em projetos especiais, privilegiando as bases políticas do partido que estavam no poder. Faz-se necessário, uma leitura da realidade de cada região brasileira, na qual seja visto o papel da educação. Pois, a mesma

deve ser elemento básico para a construção a democracia e de uma sociedade nova, por isso, engloba um conjunto de ações muito mais amplo que as instituições formalmente reconhecidas e ações sistematizadas como de ensino. (FÁVERO, HORTA e FRIGOTTO,1992, 12 in Cadernos de Pesquisa. São Paulo. Fundação Carlos Chagas. Nº 83, Nov. de 1992.).

Nesse novo contexto, a responsabilidade da escola não é apenas a de transmitir os conhecimentos do saber sistematizado, mas preparar o educando para uma visão ordenada do universo. É importante que a escola desenvolva sua função social e para isso, tem que pensar em ações que possibilitem a sua clientela mais importante, que é o aluno, um ensino de qualidade, onde suas dificuldades sejam diagnosticadas desde o início do aluno letivo, para que seja levado a superar essas dificuldades e tenha o sucesso desejado.

Frigotto et alli (1992, 11 in Cadernos de Pesquisa. São Paulo. Fundação Carlos Chagas. Nº 83, Nov. de 1992.), avaliam que “raros foram os momentos que se procurou analisar as tendências e buscar soluções palpáveis e reais que atendesse os anseios da população”.

Recentemente, têm-se analisado e investigado a aplicação das substanciais verbas geridas pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Fez-se na década passada (1990-2000) e início desta, vários estudos sobre o problema da gestão do Sistema Educacional e das próprias escolas, provocadas de um lado, pela Constituição de 1988 e, por outro, pelas experiências inovadoras de alguns municípios, recolocando-se a necessidade de uma discussão de fundo sobre o conceito de Política Social, em particular de Política Educacional. É importante ressaltar *que* “Política Educacional, é um conjunto de intenções a serem traduzidas em decisões, através de programas, projetos e medidas financeiras concretas (FRIGOTTO et alli, 1992, 10 in Cadernos de Pesquisa. São Paulo. Fundação Carlos Chagas. Nº 83, Nov. de 1992.).

Já a autora, Guiomar Namó de Mello, explicita melhor essa significação, quando afirma que “Uma Política Educacional democrática não se constitui de um conjunto de leis, normas, técnicas, providências educativas elaboradas entre quatro paredes e implementadas de cima para baixo; Mas, é resultante de um processo aberto e permanente de participação e consulta” (MELLO, 1987, 89).

Lamentavelmente, as Políticas Educacionais em nosso país, não se dão dessa forma, são determinadas de forma autoritária, sem a participação da

sociedade. Embora que, a sociedade civil esteja mais organizada, lutando e propondo também políticas educacionais, elas, não passam de ações administrativas e freqüentemente como referidas anteriormente, não têm continuidade nas diferentes administrações. Esquece-se que a Educação não se define em apenas uma gestão, mas é um processo e como tal, as ações que orientam a prática de fazê-la acontecer, não podem ser interrompidas, mas gradativas e contínuas para que tenham êxito.

De acordo com um relatório do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas),

“Há uma descontinuidade administrativa, tanto Federal como Estadual. Mesmo com a democratização da sociedade, ainda não se conseguiu um equilíbrio entre o político e o técnico no planejamento, desagregação que atinge também as Secretarias de educação. As políticas continuam refletindo apenas a visão de uma instância pública: a Federal.”(FÁVERO et alii, 1992,11 in Cadernos de Pesquisa. São Paulo. Fundação Carlos Chagas. Nº 83, Nov. de 1992.).

Política Educacional, diz respeito a objetivos. Isto significa que as políticas oficiais definem objetivos a serem atingidos por um programa de governo. Entretanto, nem sempre os objetivos firmados através das políticas educacionais se constituem em ações concretas. Desta forma, a Política Educacional tem uma função, e esta é determinada por outras instâncias, principalmente, a político-econômica.

E de acordo com FREITAG (1986, 11), o termo política educacional, continua sendo um tema central da teoria e da prática educacional brasileira. É a ação do Estado, tanto no nível da super como da infra-estrutura e se dá em três níveis: o da legislação, o do planejamento e o da realidade educacional.

Sendo assim, é necessário enfatizar que apesar de todo o aparato da legislação com a educação a interação que se desenvolve na escola entre educadores e alunos é de fundamental importância para o desenvolvimento da aprendizagem, pois aos educadores cabe o papel de formadores: sugerindo, orientando, avaliando os pontos positivos e negativos e nunca se esquecendo de elogiar e estimular os avanços alcançados por seus alunos.

É assim que a escola irá cumprir sua função social transformadora, de formar indivíduos criativos, críticos, pensantes e participativos capazes de exercer sua cidadania.

Como bem relata VIEIRA (2005, 9), algumas das mudanças estruturais da educação brasileira têm origem na Constituição Federal de 1988. Alguns anos depois, em 1996, modificações foram realizadas no capítulo da educação da Carta Magna, através da Emenda Constitucional Nº 14/96. Neste mesmo ano, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei Nº 9.394/96) e criado e regulamentado o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF – Lei Nº 9.424/96). A essas orientações vieram somar-se um extenso conjunto de prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 10 anos, sancionado pela Lei Nº 10.172/2001.

A Constituição define a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Seguindo a linha desse pensamento, percebe-se e a Lei deixa claro, que a educação é tarefa a ser compartilhada entre o Estado e a Sociedade. Na esfera do Poder Público este dever é uma tarefa entre as diferentes estâncias governamentais (a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios). Por isso, é importante estudar e compreender as medidas governamentais que historicamente vieram sendo tomadas na educação brasileira para que se visualizasse com maior clareza a política educacional adotada em diferentes épocas.

Neste período, definiu-se a “Educação na ótica da política social, considerando-a parceria do esforço de distribuição dos benefícios do crescimento econômico, bem como fomentadora de participação política, para que se obtenha uma sociedade democrática, na qual o acesso às oportunidades educacionais não seja função da posse econômica ou força de grupos dominantes” (BRASIL, 1982,140).

É sabido que o poder público é o parceiro fundamental na concretização de uma educação de qualidade e quanto maior o envolvimento e compromisso, maior a probabilidade de se alcançar a realização das metas traçadas.

O apoio do poder público se expressa de diversas formas: na aparência física das escolas, nas condições das instalações e do mobiliário, na disponibilidade de equipamentos necessários à modernização dos processos pedagógicos, na existência de acompanhamento sistemático ao trabalho do professor, na garantia do tempo de aprendizagem, no fornecimento de uma alimentação nutritiva aos alunos, na disponibilidade de livros e de outros materiais didáticos, na qualificação dos

docentes, na garantia de transporte seguro para os que freqüentam escolas distantes de suas casas.

O Projeto Primeiro, Aprender! Ler bem para aprender pra valer, é uma ação voltada para o 1º ano do Ensino Médio. Traduz-se na articulação das diversas disciplinas deste ano focalizando, no período de 12 semanas, o desenvolvimento e consolidação de habilidades de leitura através do uso de material estruturado para o aluno e para o professor.

No ano de 2008, no Estado do Ceará, teve início o Projeto Primeiro, Aprender! Ler bem para aprender pra valer. Essa política de apoio à permanência do aluno na escola, do Governo do Estado, através da Secretaria de Educação do Ceará - SEDUC traz uma nova metodologia para incentivar o aprendizado de Português e Matemática, bem como das demais disciplinas do 1º ano do Ensino Médio, tendo como foco a consolidação da competência leitora através do uso de material produzido para esse fim.

De acordo com os dados da SEDUC a escala de desempenho (0 a 500) Língua Portuguesa 22,89% dos alunos da 8ª série ou 9º ano evidenciaram, no SPAECE 2006, um desempenho que os situam no nível 200 da escala. 39% desses alunos estão abaixo desse nível. Isso significa que 62% dos alunos egressos do Ensino Fundamental se situam num nível desejável para a 4ª série ou 5º ano do Ensino Fundamental. Apenas 5,22% situam-se no nível desejável para os alunos de 8ª série ou 9º ano. Matemática Em Matemática, 55,96% dos alunos estão abaixo do 225 da média geral e apenas 21,5% situam-se nesse nível.

Diante dos fatos, conclui-se que a maioria dos alunos, ao ingressar no Ensino Médio, não possui as competências e habilidades necessárias para o bom desempenho acadêmico nessa importante etapa da Educação Básica. O Projeto pretende proporcionar aos alunos a transição dos atuais níveis de desempenho para outros que os aproximem daqueles esperados tendo por referência os descritores das matrizes do PISA, do SAEB e do SPAECE.

Tem como cenário motivador as avaliações externas de caráter internacional, nacional e estadual (Pisa, Saeb/Prova Brasil e Spaece) que demonstram que os estudantes concluintes do ensino fundamental e do ensino médio apresentam baixo desempenho em leitura e matemática. Desconsiderar esta realidade significa comprometer qualquer perspectiva de melhoria do desempenho acadêmico dos alunos no Ensino Médio. Especialmente no Ensino Médio, uma boa

capacidade leitora e um bom domínio de cálculo e raciocínio lógico são pré-requisitos para que os estudantes possam ter uma efetiva aprendizagem no decorrer dos três anos de estudo deste nível.

2.OBJETIVOS, META (S) E AÇÃO (ÕES)

2.1Objetivos

Coordenar e fomentar ações que possam promover e elevar os índices de aprendizagem na E.E.M. José Francisco de Moura.

Desenvolver ações, utilizando o Projeto Primeiro Aprender, que diminuam a defasagem na aprendizagem dos alunos das primeiras séries do ensino médio da E.E.M. José Francisco de Moura.

Utilizar o Projeto Primeiro, Aprender! Ler bem para aprender pra valer, na recuperação da aprendizagem de alunos que abandonaram a escola em anos anteriores e retornaram com as mesmas dificuldades de aprendizagem.

2.2 Meta(s) e Ação (ões)

META	AÇÃO
Execução do Projeto Primeiro, Aprender! Ler bem para aprender pra valer, com a utilização do material impresso.	1. Programação das aulas de todas as disciplinas contempladas no Projeto Primeiro, Aprender! Ler bem para aprender pra valer;
	2. Desenvolvimento de atividades de incentivo à leitura, à escrita e de aperfeiçoamento dos conhecimentos matemáticos;
	3. Visita as famílias de alunos com infrequência ou com baixo rendimento e que não querem utilizar o livro do referido Projeto;
	4. Criação de monitorias dentro da sala de aula para que sejam utilizados os livros do Projeto já citado e os que serão trabalhados ao longo do ano letivo;
	5. Estudo dos resultados das avaliações internas e externas com professores, alunos e pais, buscando a melhoria dos indicadores qualitativos e quantitativos;

O planejamento das ações deverá se dar por ocasião do recebimento do material do Projeto Primeiro, Aprender! Ler bem para aprender pra valer, podendo ser reajustadas de acordo com a necessidade, tendo como referência resultados bimestrais.

3. PESSOAS E RECURSOS

3.1 Pessoas

Cargo/função	Responsabilidade(s)
Equipe Gestora	Planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação das ações propostas.
Equipe Docente	Planejamento, execução e avaliação das ações propostas. Selecionar os alunos com melhor rendimento para “ajudar” os colegas que estão em dificuldades, mesmo com os livros do Projeto.
Pais	Acompanhamento nas atividades e desempenho dos educandos envolvidos no projeto.
Alunos	Identificação dos problemas de aprendizagem vivenciados e busca de parceria para que as ações se efetivem com sucesso.

3.2 Recursos

Elementos de despesa	Definição de recursos	Custo
Material de consumo	Tonner, papel ofício, cd, caneta, livros do Primeiro Aprender (este, gratuito).	4.000,00
Equipamentos e material permanente	Serão utilizados os equipamentos disponíveis na escola;	Sem custo

4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

4.1 Mecanismos de Acompanhamento e Avaliação do Projeto

Ação	Acompanhamento/ Avaliação (indicadores)
1. Programação das aulas de todas as disciplinas contempladas no Projeto Primeiro, Aprender! Ler bem para aprender pra valer;	<ul style="list-style-type: none">• Acompanhamento do planejamento semanal no coletivo das áreas;• Monitoramento dos planejamentos através da verificação sistemática dos diários de classe, plano de curso e plano de aula dos docentes;• Sugestão de atividades, projetos, utilização adequada das TICs, filmes, etc.;
2. Desenvolvimento de atividades de incentivo à leitura, à escrita e de aperfeiçoamento dos conhecimentos matemáticos;	<ul style="list-style-type: none">• Planejamento semanal de atividades;• Verificação do cumprimento das atividades propostas;• Preenchimento da planilha bimestral de desempenho escolar;• Reativação do Clube do Leitor;• Criação do Clube de ciências e matemática;• Edição do Jornal Escolar.
3. Visita as famílias de alunos com infrequência ou com baixo rendimento e que não querem utilizar o livro do Projeto;	<ul style="list-style-type: none">• Controle da infrequência;• Preenchimento de planilha diária para acompanhamento dos faltosos;• Visita as famílias de alunos com infrequência ou com baixo rendimento.
4. Criação de monitorias dentro da sala de aula para que sejam utilizados os livros do Projeto e os que serão trabalhados ao longo do ano letivo;	<ul style="list-style-type: none">• Selecionando os alunos com melhor rendimento por turma para ajudar aos demais colegas com dificuldades de aprendizagem;
5. Estudo dos resultados das avaliações internas e externas com professores, alunos e pais, buscando a melhoria dos indicadores qualitativos e quantitativos;	<ul style="list-style-type: none">• Reuniões para apresentação dos resultados bimestrais;• Estabelecimento de metas de aprovação por disciplina dentro das metas da escola;• Elaboração de planos estratégicos nas disciplinas críticas.

Cada docente terá que elaborar um relatório por turma, sobre o andamento das atividades propostas, para que possa ser construídas novas ações para o módulo seguinte.

Nos registros devem conter pontos importantes, tais como: o desempenho dos alunos durante a execução das atividades, a frequência às aulas, a responsabilidade com as tarefas propostas, etc. Pode ainda, fazer uma apreciação qualitativa dos resultados obtidos e sugerir ações para aperfeiçoar e ampliar as já previstas, visando uma melhor aceitação e sucesso dos alunos com o Projeto Primeiro Aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que, com as ações propostas, levar todos os envolvidos com a escola a pensar sobre a aprendizagem e o que se espera efetivamente do processo de ensino e aprendizagem.

Espera-se, ainda, com a implantação do PAE que, em médio prazo, seja possível reverter o quadro de registro de ações de defasagem na aprendizagem dos alunos que chegam na primeira série do ensino médio.

O Projeto Primeiro, Aprender! Ler bem para aprender pra valer, vem de encontro ao que se objetiva nesse PAE: trabalhar o processo ensino – aprendizagem de forma que todos os alunos que tenham dificuldades possam minimizá-las e alcançar o sucesso necessário, mudando suas expectativas com relação a educação formal.

Esperamos também que, após a aplicação das ações desenvolvidas no ano letivo possamos aumentar o indicador de aprovação com qualidade e diminuir a reprovação e o abandono, que tem sido um transtorno nos indicadores da escola. Além de possibilitar ao educando uma aprendizagem de qualidade.

Porém, há aqueles que não percebem a importância do Projeto Primeiro, Aprender! Ler bem para aprender pra valer, na rotina escolar dos alunos do 1º ano. Talvez, iremos contar com um número significativo de professores e alunos que não “simpatizam” com a dinâmica do projeto. Algumas ações exigirão um pouco mais de trabalho, tais como o registro de infrequência, visitas às famílias dos alunos faltosos ou com dificuldades, mas procuraremos sensibilizar e mobilizar a todos os envolvidos de que é necessário um esforço conjunto quando se objetiva uma educação de qualidade.

Pretende-se envolver a comunidade escolar para que o projeto tenha sucesso, inclusive os pais que são uma clientela bastante complicada para trabalhar e participar da vida estudantil de seus filhos. Porque, pelas experiências anteriores, haverá entraves, desde a confiabilidade dos professores na eficácia do Projeto, até dos alunos que são considerados “bons alunos”, pois estes últimos apontam o Projeto como algo que atrasa a sua aprendizagem.

Mobilizando a todos poderemos fazer a educação que se deseja para a formação de homens e mulheres novos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

_____. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

_____ Cadernos de Pesquisa. São Paulo. Fundação Carlos Chagas. Nº 83, Nov. de 1992.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. 6ª Ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1987.

MELLO, Guiomar Namó de. Educação Escolar: Paixão, Pensamento e Prática. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.